



CÓD: OP-014FV-24
7908403549146

REDENÇÃO-PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO - PARÁ

Agente De Suporte Educacional II – Auxiliar De Sala, Auxiliar
De Biblioteca, Instrutor De Artes, Instrutor De Música, Monitor
E Recreador

EDITAL 01/2024

Língua Portuguesa

1. Texto e gêneros textuais: interpretação e especificidades. Intenção comunicativa	5
2. Coesão e coerência textuais	5
3. Informações implícitas.	6
4. Funções da Linguagem.....	6
5. Citação do discurso (direto, indireto, modalização em discurso segundo ilha textual)	7
6. Paráfrase	10
7. Sequência textuais (narrativa, argumentativa, descritiva).....	10
8. Variação linguística;	11
9. Níveis de Linguagem	12
10. Semântica (Sinônimos, antônimos, parônimos, homônimos, hiperônimos e hipônimos.....	12
11. Morfossintaxe: classificação das palavras, emprego e flexão	13
12. estrutura e formação de palavras	21
13. o período-classificação; orações coordenadas e subordinadas, termos da oração). Vocativo e aposto	21
14. Sintaxe de regência, concordância e colocação	26
15. Crase	29
16. Ortografia oficial	30
17. Acentuação gráfica;.....	30
18. Pontuação	31

Matemática

1. Números inteiros; Operação com números naturais e fracionais.....	41
2. Proporção	50
3. Regra de três simples.....	51
4. Porcentagem.....	53
5. Problemas envolvendo as quatro operações (adição, subtração, divisão, multiplicação)	54

Conhecimentos Gerais

1. Domínio de tópicos atuais, relevantes e amplamente divulgados, em áreas diversificadas, tais como: Ciências, Política, Economia	57
2. História e Geografia do Brasil, do Estado do Pará e do Município de Redenção-PA	57

CONHECIMENTOS GERAIS

Com a emergência da economia urbano-industrial, as ferrovias e hidrovias foram paulatinamente perdendo importância para a rede rodoviária. Na década de 1930 esboçou-se uma nova diretriz na política nacional de transporte, que passou a privilegiar a construção de grandes rodovias. Washington Luís, presidente da República entre 1926 e 1930, adotou como lema de seu mandato a frase “governar é construir estradas”. Nas décadas seguintes, essa política seria fortalecida pela criação da Petrobras e pelo desenvolvimento da indústria automobilística.

A opção rodoviária, adotada naquela época, é atualmente uma das maiores dificuldades logísticas do país, pois teve como resultado um sistema de transporte caro e ineficiente, que traz impactos negativos tanto para a economia quanto para o meio ambiente.

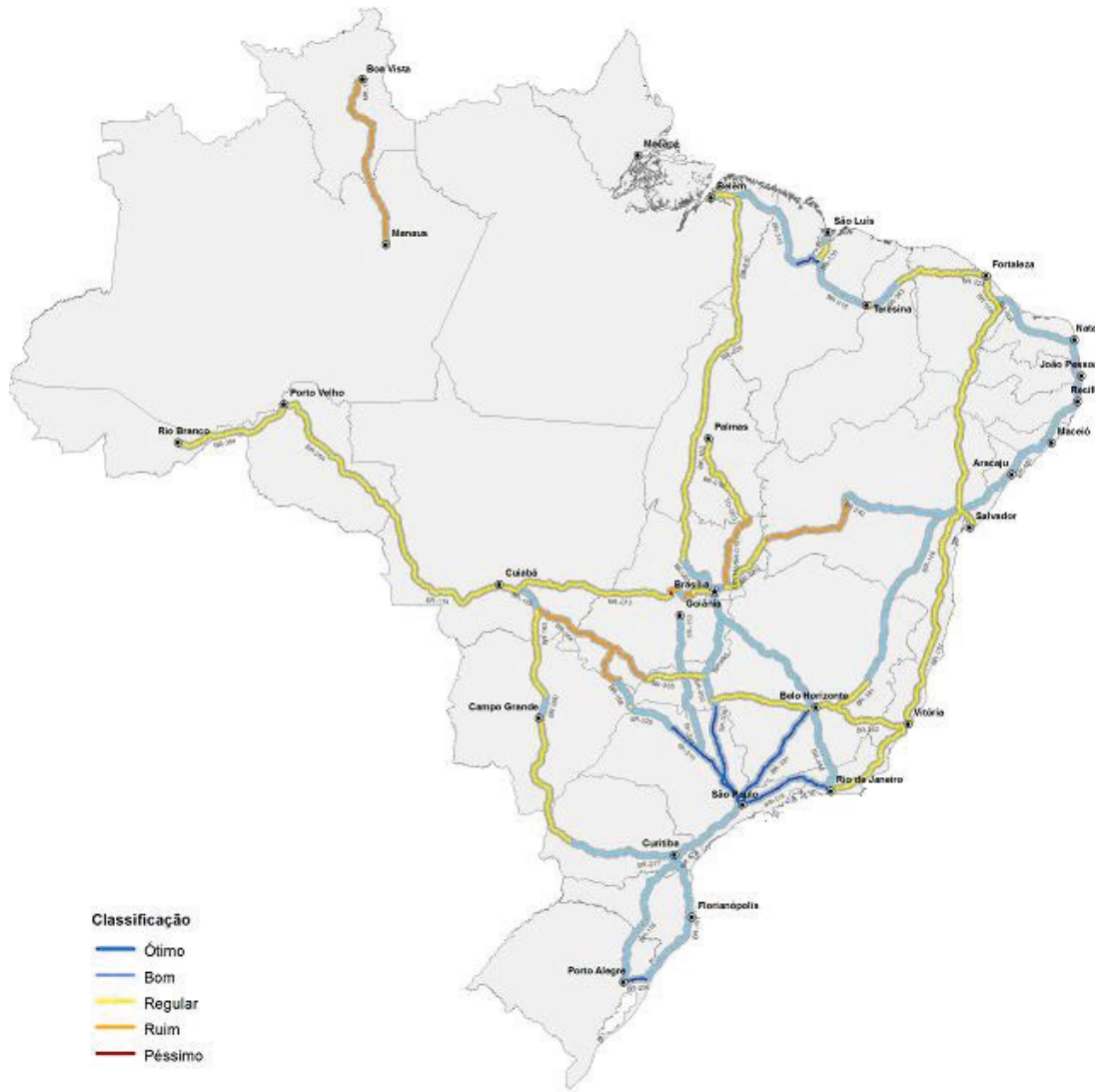


Mapa rodoviário do Brasil

Embora no Brasil existam grandes extensões de rios navegáveis, o país não dispõe de um sistema hidroviário. O sistema ferroviário, praticamente abandonado nos últimos 80 anos, hoje apresenta enormes trechos desativados ou subaproveitados.

No que diz respeito às rodovias, apesar da presença de estradas modernas e construídas com os mais avançados recursos da engenharia, predominam os trechos esburacados e em péssimas condições. Cerca de 16% delas foram privatizadas e receberam investimentos nas últimas décadas, ainda que tenham se tornado extremamente caras tanto para os carros de passeio quanto para os caminhões de carga, em virtude das elevadas tarifas de pedágio.

Entre as rodovias públicas, cerca de 80% da malha foi classificada como deficiente, ruim ou péssima por uma pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT).



Condições das rodovias federais de acordo com uma pesquisa feita em 2010 pela CNT

Na década de 1990, a administração de inúmeras rodovias federais e estaduais passou ao controle de concessionários privados, garantindo a modernização e expansão das ligações viárias que servem principalmente aos eixos de circulação do Sudeste. Entre esses empreendimentos destacam-se as grandes rodovias paulistas, como os sistemas Anhanguera-Bandeirantes (entre São Paulo e Campinas), Anchieta-Imigrantes (entre São Paulo e a Baixada Santista) e Dutra-Ayrton Senna (entre São Paulo e o Vale do Paraíba).



Rodovia dos Bandeirantes - trecho São Paulo-Cordeirópolis



Os portos marítimos e fluviais nos quais atracam embarcações de longo curso representam os elos principais entre o sistema nacional de transporte e o mercado mundial. Segundo o Ministério dos Transportes, existem no país 40 portos públicos, basicamente operados pelo setor privado. Do ponto de vista da movimentação de cargas, os maiores portos brasileiros são dois grandes terminais exportadores de minérios e produtos siderúrgicos: Tubarão, no Espírito Santo, e Itaqui, no Maranhão. Ambos prestam serviços para a Companhia Vale do Rio Doce (Vale), a maior empresa mineradora do país e uma das maiores do mundo.

suas propriedades naturais, tornando-se imprestável para a agricultura e abrindo caminho para o avanço da erosão. No Pará, as áreas mais atingidas pelas queimadas e pela derrubada de árvores

são o Sul e o Sudeste, onde se concentram grandes projetos madeireiros e agropastoris, e a ilha do Marajó, onde a produção de palmito é a principal causa da destruição dos açazeiros.

Fauna e Flora

O ecossistema do Pará apresenta a biodiversidade característica da região amazônica, onde já foram catalogados mais de duas mil espécies de peixes, cerca de 950 espécies de pássaros, 300 espécies de mamíferos e cerca de 10% de todas as espécies de plantas existentes na Terra. No território paraense, essa variedade de espécies animais e vegetais é imensa, devido principalmente às condições climáticas (localização na zona equatorial) e ao tamanho da área coberta por florestas. Entre as árvores consideradas como madeira nobre, por isso mesmo derrubadas muitas vezes de forma indiscriminada, estão o Angelim, o Cedro e o Mogno. No setor extrativo, as espécies mais procuradas são a seringueira e a Castanheira-do-Pará. A flora também apresenta espécies exóticas, como a vitória-régia e dezenas de espécies de bromélias.

Nas últimas décadas, a preocupação com o futuro do ecossistema amazônico – aí incluído o paraense – vem sendo manifestada dentro e fora do Brasil, por instituições governamentais e não governamentais. Vários fatores contribuem para a destruição da flora e o processo acelerado de extinção de animais em território paraense. Entre esses fatores, destacam-se a exploração seletiva de madeira (que acaba com reservas naturais de madeiras nobres), a agropecuária extensiva (responsável pela derrubada da mata para transformação em pasto), a construção de usinas hidrelétricas (que altera o ecossistema dos rios e áreas próximas), a caça indiscriminada visando a retirada do couro para comercialização, a pesca predatória e o extrativismo de plantas destinadas à indústria farmacêutica. Em algumas áreas, animais, como a queixada, o peixe-boi, o pirarucu, as tartarugas e os mutuns já foram bastante reduzidos.

Áreas de Preservação

Desde a década de 70, o governo federal vem criando na Amazônia reservas naturais, para preservação da fauna e da vegetação. Segundo o Plano de Sistemas de Unidades de Conservação do Brasil e a Lei nº.6.092, de 27 de abril de 1981, são as seguintes as formas de manejo do ecossistema:

Parque Nacional – é uma área extensa com um ou mais ecossistemas inalterados pela ação do homem. A fauna, a flora, os sítios geomorfológicos e os habitat têm interesse científico, educativo e recreativo. Possuem ainda belas paisagens naturais.

Reserva Biológica – serve como banco genético, devido às características especiais de fauna e flora. A influência do homem é controlada, já que a visitação pública é proibida.

Estação Ecológica – tem por objetivo proteger amostras de ecossistemas distintos, para subsidiar a pesquisa comparativa entre áreas preservadas e áreas ocupadas.

Floresta Nacional – destina-se à produção comercial de madeira e outras espécies da flora, à conservação da fauna silvestre e à proteção das bacias hidrográficas.

No Pará são encontrados o Parque Nacional da Amazônia, a Reserva Biológica do Rio Trombetas, a Estação Ecológica do Jarí, e as Florestas Nacionais do Tapajós e de Caxiuaná.

O **Parque Nacional da Amazônia**, localizado às margens do Rio Tapajós, abrange os municípios de Itaituba (no Pará) e Maués (no Amazonas). Criado em 1974, tem 993.950 hectares. A cobertura vegetal, predominante é a Floresta Ombrófila Densa, com árvores de vários tamanhos, destacando-se a Castanheira-do-Pará e a Serin-

gueira. A fauna é representada pela ariranha (*Pteronura brasiliensis*), o peixe-boi (*Trichechus inungis*), o tatu-canastra (*Priodontes giganteus*), o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) e o gavião real (*Harpia harpyja*). A visitação precisa de autorização do Ibama.

A **Reserva Biológica do Rio Trombetas** foi criada em 1979, no município de Oriximiná, com 385 mil hectares. Abriga a maior concentração de quelônios de água doce do país, principalmente a tartaruga-da-amazônia. Ao longo do rio, os bancos de areia chamados de “tabuleiros” servem de ponto de desova para os quelônios. A área é dominada pela Floresta Ombrófila Densa, mas com formações vegetais de influência fluvial. Com uma fauna diversificada, é habitat natural de antas, capivaras, cutias, macacos-de-cheiro, onças, pacas, porco-do-mato, ariranhas e tamanduás-bandeiras. Visitação permitida pelo Ibama.

A **Estação Ecológica do Jarí** ocupa 227.126 hectares do município de Almeirim, entre os rios Jarí e Paru. Na cobertura vegetal predomina a Floresta Ombrófila Densa.

A **Floresta Nacional do Tapajós** tem mais de 600 mil hectares, distribuídos entre os municípios de Santarém, Aveiro e Rurópolis. Criada em 1974, predomina em sua área a Floresta Ombrófila Densa, com essências nativas de valor comercial, como o babaçu e várias espécies de animais silvestres (cutias, onças e macacos).

A **Floresta Nacional de Caxiuaná**, com mais de 300 mil hectares, está localizada à margem esquerda da Baía de Caxiuaná, nos municípios de Portel e Melgaço. Sua cobertura vegetal é formada principalmente pela Floresta Densa. Controlada pelo Ibama e Museu Paraense Emílio Goeldi, visa preservar os animais e as espécies vegetais da região. A visitação é permitida pelo Museu.

O Pará tem ainda a **Estação Biológica Nacional do Tapirapé**, com 103 mil ha., nos municípios de Marabá e São Félix do Xingu; a Floresta Nacional de Gorotire, com 1.843 mil ha., em São Félix do Xingu e Ourilândia do Norte; a Floresta Nacional de Mundurucânia, com 1.377 mil ha., em Itaituba; e a Floresta Nacional de Tumucumaque, com 1.793 mil ha., nos municípios de Alenquer, Almeirim e Óbidos.

Solo e Subsolo

O solo é formado por terrenos cristalinos e sedimentares que lhe deram origem, os solos paraenses apresentam-se com certa diversidade, sendo caracterizados especialmente, pela intensiva lixiviação (lavagem do solo pelas águas das chuvas) a que são submetidos. As derrubadas e queimadas que vêm ocorrendo no Estado, expõem o solo diretamente ao trabalho da erosão pluvial devido aos altos índices de chuvas que caracterizam a região.

Pelas características geomorfológicas e climáticas da região, os solos paraenses podem ser classificados, genericamente, em solos de várzeas e de terra firme. Os solos de várzeas, localizados nas margens dos rios, são adubados e drenados naturalmente pelas enchentes periódicas. São ricos em húmus (matéria orgânica) devido às aluviões que se depositam nas suas margens. São originários, portanto, de terrenos sedimentares recentes (terciários e quaternários), hidromorfos e geralmente argiloarenosos. Podem ser aproveitados em culturas temporárias como arroz, juta e malva, mas não apresentam condições adequadas à mecanização das lavouras. Já os solos de terra firme, com predominância dos latossolos, amarelos ou vermelhos são mais destinados a culturas permanentes ou de ciclos longos, como da pimenta-do-reino, cacau e dendê. Existem algumas manchas de terra roxa disseminadas mais para o Sul do Estado.

Nas demais áreas, os solos podem ser corrigidos através da adubação, que suprirá a pobreza em minerais nutrientes e acidez. Esses solos são geralmente profundos, bem drenados e, como aparecem em áreas planas ou pouco acidentadas, oferecem condições adequadas à mecanização.

Alguns dos principais tipos de solos existentes no Pará têm nomes estranhos, comuns apenas aos estudiosos de pedologia. A seguir, relacionamos esses tipos de solo e suas características mais

focado na região. O que se pretendia na realidade para a Amazônia era a integração deste espaço na economia nacional, aumentando as possibilidades de internacionalização da economia do país.”

“A expansão do sistema de geração de energia e consequentemente das redes de transmissão de energia na Amazônia, visa atender mais às demandas do grande capital, do que as necessidades regionais, tendo em vista o histórico de implantação destes projetos – UHE Tucuruí e Interligação Norte/Nordeste – planejados para atendimento das indústrias eletrointensivas. Hoje, pode-se observar que o planejamento ainda contempla empreendimentos periféricos que tem como principal objetivo à exportação de energia para as outras regiões do país.”

“Destaca-se, ainda, que as populações locais levam um largo tempo para ter suas demandas atendidas, há que se notar que a região Norte é uma das regiões com as mais elevadas taxas de crescimento demográfico da última década. Em um futuro próximo isso irá representar um expressivo aumento da demanda do abastecimento de baixa tensão em comunidades isoladas, que até agora vinha sendo resolvido através de termelétricas e de fontes alternativas de geração de energia elétrica. Evidencia-se a precária condição de atendimento de energia nesta região em comparação com as demais regiões do país. A Amazônia aparece, assim, como um vasto território com o maior potencial de geração de energia elétrica do país derivado para as outras regiões. Grandes projetos foram implementados com efeitos ambientais desastrosos.”

“Entre as consequências imediatas têm-se o aumento dos conflitos de terras, potencial crescimento urbano e expansão de favelas relacionados à construção das usinas hidrelétricas e à redução das áreas de várzea exploráveis para cultivos de subsistência (COBRAPE, 2006, p. 96-100). Após a construção das usinas hidrelétricas provavelmente haverá uma expansão da soja e um avanço do desmatamento, aos quais se somam a extinção e redução da diversidade de peixes, a acumulação de sedimentos e de mercúrio em níveis tóxicos nos reservatórios das barragens; além dos impactos sobre as condições de vida das populações ribeirinhas, indígenas e urbanas, sem que se solucione seus problemas de abastecimento de energia.”

De acordo com a ambientalista Telma Monteiro, “o governo federal divulgou o Plano Decenal de Energia (PDE) 2020. O PDE incorpora o planejamento energético para um horizonte de dez anos que vai sendo adequado ano a ano. Este, em especial, não traz novidades, mas confirma a intenção de fazer acordos e estudos com outros países para gerar energia “limpa e barata”. Que não é limpa e nem barata pois é Subsidiada porque no preço não estão os custos ambientais e sociais das hidrelétricas construídas à custa da sobrevivência ameaçada de povos indígenas, populações tradicionais e do bioma amazônico. Esses custos pagamos nós”.

Etnias

Os povos e a diversidade caminham de mãos dadas desde o início da formação do que hoje do que hoje é conhecido como o Estado do Pará. Entre seus cerca de 7.5 milhões de habitantes estão: indígenas, negros, brancos, ribeirinhos e asiáticos. Espalhados pelos campos (34%) e cidades (66%).

Na sua formação, o Pará teve um elevado número de imigrantes portugueses, espanhóis, italianos e japoneses. Além das muitas influências africanas e, claro, indígenas. Tanto que no estado há cerca de 30 etnias indígenas espalhadas em 298 aldeias, totalizando 39.081 índios, de acordo com dados da Fundação Nacional do índio (FUNAI).

A maioria da população é parda, devido à grande herança genética indígena e, em menor parcela, africana.

Porcentagem de Cor/Raça no Pará

COR/RAÇA	PORCENTAGEM
Pardos	73%
Brancos	23%
Negros	3,5%

Amarelos e Indígenas 0,6%

Dialetos

O Pará tem pelo menos dois dialetos de destaque: o dialeto paraense tradicional, usado na capital Belém, no nordeste do Pará, Oeste do estado, e em boa parte do território estadual; enquanto outro sotaque é utilizado na região sudeste do Pará (Região de Carajás): dialeto derivado da misturas de nordestino, mineiro, capixaba, goiano e gaúcho.

O dialeto paraense tradicional tem como característica mais distintiva o raro uso do pronome de tratamento “você”, sobretudo nas intimidades, substituindo “você” por “tu”: “tu fizeste”, “tu és”, “tu chegaste”, muitas vezes chegando a omitir o pronome “tu”, verbalizando expressões apenas como: “chegaste bem?”, “já almoçaste?”. O “r” e o “s” são pronunciados de maneira semelhante à do Rio de Janeiro. Tal dialeto é considerado brando (à exceção da letra “s”), e possuidor de menos vícios de linguagens, comparado aos outros do Brasil, o que decorre da forte influência portuguesa na linguagem.

Também é conhecido como Amazofonia.

Economia Paraense

O Pará possui 144 municípios, dentre os quais, importantes para a economia do estado são, Altamira, Ananindeua, Barcarena, Belém, Canaã dos Carajás, Castanhal, Itaituba, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção, Salinópolis, Tucuruí e Santarém, Ourilândia, Oriximiná e juruti.

A economia se baseia no extrativismo mineral (ferro, bauxita, manganês, calcário, ouro, estanho), vegetal (madeira), na agricultura, pecuária, indústria e no turismo.

A mineração é atividade preponderante em diversas regiões do estado. A produção de ouro é mais presente nas seguintes áreas garimpeiras:

Tapajós: garimpos de ouro e gemas.

Tucumã – Redenção – Cumaru: garimpos de ouro e gemas.

Gurupi: garimpos de ouro.

Volta Grande do Xingu: garimpos de ouro.

Jari: garimpos de ouro.

O extrativismo mineral vem desenvolvendo uma indústria metalúrgica cada vez mais significativa. No município de Barcarena é beneficiada boa parte da bauxita extraída no município de Paragominas e na região do Tapajós em Oriximiná. No momento Barcarena é um grande produtor de alumínio, e sedia uma das maiores fábricas desse produto no mundo, boa parte dele é exportado o que contribui para o município abrigar também a principal atividade portuária do Pará, no distrito de Vila do Conde.

Ao longo da Estrada de Ferro Carajás, que vai da região sudeste do Pará até São Luís do Maranhão, é possível atestar a presença crescente de siderúrgicas. O governo federal implementou em Marabá um polo siderúrgico e metalúrgico, além das companhias já presentes na cidade. O polo siderúrgico de Marabá utilizava intensamente o carvão vegetal para aquecer os fornos que produzem o ferro gusa, contribuindo assim, para a devastação mais rápida das florestas nativas da região, mas recentemente este cenário vem mudando, as indústrias estão investindo no reflorestamento de áreas devastadas e na produção de carvão do coco da palmeira babaçu, que não devasta áreas da floresta nativa porque consiste somente na queima do coco e não do coqueiro, este é produzido principalmente no município de Bom Jesus do Tocantins.

Principais Projetos Mínero-Metalúrgicos no Pará

Projeto Carajás

município: Parauapebas

empresa: Companhia Vale do Rio Doce - CVRD

investimentos: US\$ 3,4 bilhões

produção: ferro, manganês e ouro

mão-de-obra: 3.000 pessoas

Brasão de Armas do Estado do Pará

Brasão ou Escudo de Armas do Estado do Pará foi criado em 9 de novembro de 1903, pela lei estadual de nº 912, que estipulou a criação de um Brasão (ou Escudo) de Armas para o Estado.

Os seus autores são: José Castro Figueiredo (arquiteto) e Henrique Santa Rosa (Historiador e Geógrafo).



O mote: *Sub lege progrediamur*, latim para "Sob a lei progredimos";

A estrela solitária: faz menção ao Pará como unidade da República Federativa do Brasil – à época da proclamação da República, única unidade federativa cuja capital situava-se acima da linha do Equador, fato esse representado na bandeira nacional por Espiga, figurada acima da linha do azimute;

As cores: vermelho faz menção à República e ao sangue derramado dos paraenses nas diversas lutas em defesa pela soberania da pátria;

A banda: branco faz menção à linha imaginária do Equador, que corta o estado ao Sul;

Os ramos: de cacaueteiro e seringueira, fazem menção às principais produções agrícolas à época;

A águia: guianense faz menção à altivez, nobreza e realeza do povo do Estado.

Bandeira do Pará



A bandeira do estado do Pará foi aprovada pela Câmara Estadual em 3 de junho de 1890, por proposta apresentada pelo deputado Hígino Amanajás.

Na verdade, antes mesmo de ser oficializada como símbolo do Estado, representava o Clube Republicano Paraense. Por isso, tremulou, pela primeira vez, por ocasião da adesão do Pará à República do Brasil, em 16 de novembro de 1889. Alguns meses depois, mais exatamente no dia 10 de abril de 1890, o Conselho Municipal, por proposição do seu presidente, Artur Índio do Brasil, aprovou projeto fazendo do distintivo do Clube, a bandeira do município de Belém.

Hino Oficial do Estado do Pará

O Hino do Pará tem letra de Artur Teódulo Santos Porto (1886 - 1938), música de Nicolino Milano (1876 - 1931), adaptação e arranjo de Gama Malcher. Tornou-se oficial pela emenda constitucional nº 1, de 29 de outubro de 1969.

Cultura

Caleidoscópio de materiais, cores, aromas, sons e formatos.

Texturas, cores, materiais e formatos variados compõem a rica e diversificada cultura do Pará. O artesanato é marcado por peças inspiradas nas milenares civilizações indígenas e joias produzidas com matérias primas encontradas na própria natureza que reproduzem não só a criatividade dos artesãos, mas um pouco do que é o Pará.

Além do artesanato e das joias, o Estado é palco da leveza e sensualidade de danças típicas como o carimbó e o lundu. Passos marcados por músicas onde o falar paraense dá o tom e registra a identidade do povo.

Para completar o caleidoscópio cultural, o Pará eterniza personagens de lendas amazônicas como o Uirapuru e o Boto, por meio de apresentações culturais que se replicam em vários cantos do Estado.

Culinária

Um universo de cores e sabores.

Considerada uma das culinárias mais "brasileiras" do País, a gastronomia do Pará tem sim a cultura indígena como sua maior influência, mas também carrega consigo traços portugueses e africanos. Os elementos encontrados na região da Amazônia formam a base de seus pratos, com o acréscimo do camarão, caranguejo, pato e dos peixes, todos temperados com folhas e frutas nativas. Destacam-se: açaí, bacaba, cupuaçu, castanha-do-pará, bacuri, pupunha, tucumã, muruci, piquiá e taperebá –, pimentas de cheiro e ervas. Os mais tradicionais são cozidos em panelas de barro ou assados em moquéns e embebidos de tucupi, caldo amarelo extraído da mandioca. Aliás, a raiz é uma das bases da culinária paraense, e sua farinha não pode faltar nos pratos locais. Entre os destaques da cozinha paraense estão:

Pato no tucupi

Constituído de pato, tucupi e jambu. O tucupi é um caldo amarelo extraído da mandioca e por isso precisa ser cozido durante uma semana. O pato, depois de assado, é cortado em pedaços e fervido no tucupi, onde fica de molho por algum tempo. O jambu é fervido em água com sal, escorrido e posto sobre o pato. É servido com arroz branco e farinha de mandioca.

Maniçoba

Do tupi Maní, deusa da mandioca. Usa-se tipicamente uma panela de barro ou de porcelana. O prato demora pelo menos uma semana para ser feito, pois a folha da maniva (a planta da mandioca), depois de moída, deve ser cozida durante, pelo menos, quatro dias com a intenção de eliminar o ácido cianídrico que contém. Depois disso é acrescentado o charque, toucinho, bucho, mocotó, orelha, pé e costelas salgadas de porco, chouriço, linguiça e paio, praticamente os mesmos ingredientes de uma feijoada completa. É servido com arroz branco, farinha d'água e pimenta de cheiro a gosto.

Caruru

Feito com quiabo, camarões secos e inteiros, tempero verde (alfavaca e chicória), farinha seca bem fina e azeite de dendê. Após fervidos o quiabo, o tempero verde e os camarões na água, acrescenta-se a farinha e faz-se um pirão. Estando pronto o pirão, adicionam-se os quiabos bem escorridos, o camarão já refogado com todos os temperos e, por último, o azeite de dendê.

Vieira, o inventor da guitarrada, seria também o criador da lambada. Seu primeiro disco oficial, “Lambada das Quebradas”, foi gravado em 1976, mas lançado oficialmente dois anos depois, em 1978.

O novo nome e a mistura do carimbó com a música metálica e eletrônica do Caribe caiu no gosto popular, conquistou o público e se estendeu, numa primeira fase, até o Nordeste. O grande sucesso, no entanto, só aconteceu após a entrada de empresários franceses no negócio.

Com uma gigantesca estrutura de marketing e músicos populares, o grupo Kaoma lançou com êxito a lambada na Europa e outros continentes. Adaptada ao ritmo, a música boliviana “Llorando Se Fue” tornou-se o carro chefe da novidade pelo mundo. Também há uma vertente que diz que a dança da lambada provém do forró.

Como acontece com certa frequência em outras situações, a valorização do produto só se deu após reconhecimento no exterior. Seguiu-se um período intenso de composições e gravações de lambadas tanto no mercado interno quanto externo. Os franceses, por exemplo, compraram de uma só vez os direitos autorais de centenas de músicas. Dezenas de grupos e diversos cantores pegaram carona no sucesso do ritmo, como Beto Barbosa, Márcia Ferreira, Manezinho do Sax, outros ainda incrementando suas carreiras, como foi o caso de Sidney Magal e Fafá de Belém.

Depois dessa fase de supereposição, como acontece com quase todo fenômeno midiático, deu-se um natural desgaste com a consequente queda nas vendas até cessar a produção.

Surgida no Pará, a música lambada tem base no carimbó e na guitarrada, influenciada por vários ritmos como a cumbia, o merengue e o zouk⁶.

História do Município de Redenção

No início da década de sessenta a extinta SUDAM proporcionou a vinda de fazendeiros a se instalarem numa região denominada Boca da Mata. Com o desbravamento da fazenda Santa Tereza, de propriedade do Agrônomo João Lamari do Val, vieram também os pioneiros Ademar Guimarães, José Bueno Cintra e Gerudes Gomes da Silva. Na mesma época foram chegando Luiz Vargas Dumonte Carlos Ribeiro para conhecerem a serra dos Gradaús, localizada no município de Cumarú, Vale Lembrar que as primeiras casas foram construídas na atual Avenida Santa Tereza, sendo que um dos primeiros moradores foi o senhor Gerudes Gomes da Silva, falecido em 15 de abril de 2001.

Esses homens aventureiros dotados de um idealismo viram e conheceram uma região plana e rica de recursos minerais e vegetais, fator que levaram o lançamento da pedra fundamental exatamente no dia 21 de setembro de 1969. O que era uma ideia se transformou em uma vila para centenas de desbravadores, os quais vislumbravam nestas terras maravilhosas de futuro promissor. Todos aclamavam em uma só voz “... a terra é boa... o sonho deu certo...” um dos incentivadores para a criação do município de Redenção foi o médico Giovanni Queiroz, tido como o primeiro médico e professor, sendo também proprietário do primeiro hospital denominado Nossa Senhora da Conceição.

Construiu-se, onde hoje se situa a Avenida Brasil, uma pista de pouso aberta pelo desbravador Carlos Ribeiro, transformou-se no principal centro de abastecimento da região.

Ressalta-se que em Redenção em 1972 teve um fluxo com a corrida ao extrativismo florestal, despertando a migração de muitos empresários gaúchos, paranaenses e mineiros.

Tendo sua origem relacionada ao município de Conceição do Araguaia, os moradores da localidade de Redenção, através de uma representação foram elevados a condição de Vila com sanção da Lei nº 4.568, de 04 de junho de 1975.

⁶ IBGE – Estados. <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa#>.

O Estado do Pará (Adaptado). <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista-1-mat8.pdf>.

Governo do Estado do Pará. http://www.pa.gov.br/O_Para/arquivos.asp.

Com a descoberta de ouro em Cumarú em 1981, a vila de Redenção voltou a receber o fluxo populacional provenientes dos estados do Piauí, Maranhão, Pernambuco, e da Bahia. Com essa mesma aventura chegaram também os pilotos de aviação. Nesta época a Vila se tornou o centro irradiador na transação de negócios, onde o ouro e a madeira contribuíram para o incremento comercial e populacional. O tempo foi passando e o espírito aventureiro dos pioneiros foi transformando em mentalidade cívica e fraternal, chegando ao estado avançado da cidadania como hoje se pode observar.

Em 13 de maio de 1982 através da Lei nº 5.028 de autoria do então deputado estadual Plínio Pinheiro Neto Redenção ganha o título de emancipação política desmembrando-se do município de Conceição do Araguaia, passando à categoria de cidade, com a mesma denominação.

A cidade de Redenção foi fundada em 21 de setembro de 1969; com o nome de Boca da Mata.

Em 04 de junho de 1975 esta localidade foi transformada em distrito de Conceição do Araguaia. Passando a se chamar oficialmente de Redenção. Por intermédio do então Deputado Estadual Plínio Pinheiro Neto. O Distrito de Redenção foi Emancipado em 13 de maio de 1982, através da Lei nº. 5.028, publicada no Diário Oficial do Estado, do dia 26.03.82, assinada pelo então Governador do Estado do Pará, o Coronel Alacid da Silva Nunes.

Geografia

Localiza-se a uma [latitude] 08º01’43” sul e a uma [longitude] 50º01’53” oeste, estando a uma altitude de 227 metros. Sua população em 2016 era de aproximadamente 81 mil habitantes.[7]

Clima

O clima do Município é do tipo equatorial. Possui temperatura média anual de 32,35 °C, apresentando temperaturas máximas em torno de 39,00 °C e mínima de 24,00 °C.

A umidade relativa do ar é de aproximadamente 60%.

O período chuvoso ocorre, notadamente, de dezembro a março, e o mais seco, de maio a novembro, estando o índice pluviométrico anual em torno de 2.000 mm.

Vegetação

A vegetação do Município apresenta manchas de Cerrado e Cerradão. Grandes áreas de vegetação tem sido desmatadas anualmente, para a prática da agropecuária.

Topografia

O município de Redenção apresenta altitudes médias variando entre 160 m e 730 m.

Hidrografia

A hidrografia do município de Redenção é representada por três rios principais, os quais nascem na da Serra dos Gradaús. São eles: Salobro, ao norte do Município e limite natural com o município de Rio Maria; o rio Pau d’Arco, que constitui o rio mais importante do Município, e que também recebe o Ribeirão Pau d’Arquinho, bastante utilizado pela população para lazer; ao sul do Município, está o rio Arraias, que faz limite natural entre os municípios de Redenção e Santa Maria das Barreiras.

Cultura

Quadrilhas juninas e eventos agropecuários como a Expo Polo Carajás realizada anualmente são os elementos característicos do município.

Em redenção, emigrantes gaúchos, paranaenses, cearenses, goianos, mineiros e maranhenses estão por toda a parte da cidade, trazendo consigo os traços culturais dos seus estados de origem.

CONHECIMENTOS GERAIS

Transportes

A cidade é servida pelo Aeroporto de Redenção.

Economia

A economia do município é baseada na pecuária de corte que fornece gado para vários abatedouros, inclusive JBS. A cultura da soja também está presente e que foi incluída recentemente e vem atraindo muitos investidores de diversas regiões do Brasil por ter em seu clima um grande atrativo que colabora muito no cultivo do grão.

O comércio também é muito forte na cidade, que recebe pessoas de várias cidades menores e ajuda na geração de empregos.

O primeiro Prefeito eleito para administrar o município de Redenção foi o Sr. Arcelide Veronese, que governou por seis anos. Com ele foram eleitos nove Vereadores, a saber: João Tomé de Souza, Roberto de Castro Amorim, Antônio Vieira Lima, Pedro Alcântara de Souza, Pedro Carneiro de Souza, Natalício Alves Maciel (in memoriam), Jonas Martins dos Santos, Olímpio Luiz de Farias e Antônio Batista da Silva.

POPULAÇÃO

Em 2022, a população era de 85.597 habitantes e a densidade demográfica era de 22,39 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 17 e 45 de 144. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 374 e 2951 de 5570.

População no último censo [2022]	85.597 pessoas
Densidade demográfica [2022]	22,39 habitante por quilômetro quadrado

TRABALHO E RENDIMENTO

Em 2021, o salário médio mensal era de 2,1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 18,58%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 48 de 144 e 12 de 144, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1674 de 5570 e 1771 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 38,5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 141 de 144 dentre as cidades do estado e na posição 2943 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2021]	2,1 salários mínimos
Pessoal ocupado [2021]	16.039 pessoas
População ocupada [2021]	18,58 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	38,5 %

EDUCAÇÃO

Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 95,5%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 70 de 144. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 4850 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2021, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede

pública era 4,9 e para os anos finais, de 4,4. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 26 e 29 de 144. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 3843 e 3595 de 5570.

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	95,5 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	4,9
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	4,4
Matrículas no ensino fundamental [2021]	13.107 matrículas
Matrículas no ensino médio [2021]	3.948 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2021]	415 docentes
Docentes no ensino médio [2021]	136 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	39 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	9 escolas

ECONOMIA

PIB per capita [2021]	29.567,91 R\$
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	-
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,672
Total de receitas realizadas [2017]	179.612,65 R\$ (×1000)
Total de despesas empenhadas [2017]	151.652,35 R\$ (×1000)

SAÚDE

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 19,45 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 2,8 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 35 de 144 e 86 de 144, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1045 de 5570 e 1211 de 5570, respectivamente.

Mortalidade Infantil [2020]	19,45 óbitos por mil nascidos vivos
Internações por diarreia [2016]	2,8 internações por mil habitantes
Estabelecimentos de Saúde SUS [2009]	18 estabelecimentos